ESTATUTO JURÍDICO INDÍGENA E DIREITOS POLÍTICOS: os povos indígenas migrantes e a Justiça Eleitoral intercultural em Boa Vista/RR

Adnan Assad Youssef Neto
Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT), Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: aneto_rr@yahoo.com.br

André Felipe Ibernon
Acadêmico, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito.
E-mail: andrefelipedrei1v4@gmail.com

Hugo Furtado de Amorim Cavalcante
Acadêmico, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: hugoafcavalcante@gmail.com

Maria Clara Nunes Gama
Acadêmica, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: marianunesg24@gmail.com

Maria Eduarda Chagas de Oliveira
Acadêmica, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: dudachagas_oliveira@outlook.com

Sueila Carneiro Peixoto
Acadêmica, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: sueilacarneiro9@gmail.com

Valéria Rodrigues Menezes
Acadêmica, Faculdades Cathedral, Bacharelado em Direito
E-mail: valeriarm84@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os conflitos normativos entre os deveres e direitos eleitorais estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e a autonomia constitucionalmente garantida aos povos indígenas migrantes em Boa Vista, estado de Roraima, tendo como objetivos específicos reconstruir o percurso histórico-normativo do estatuto jurídico indígena e os fluxos migratórios transfronteiriços, examinar a questões entre o voto obrigatório e a autodeterminação indígena à luz da Constituição Federal de 1988 e da Convenção nº 169 da OIT, e formular propostas para uma justiça eleitoral intercultural. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, com análise de fontes normativas, dados eleitorais e literatura especializada. Conclui-se que a imposição uniforme de obrigações eleitorais, sem consulta prévia, sem intérpretes e sem adaptação burocrática, configura forma de exclusão civil incompatível com a ordem constitucional e os compromissos internacionais do Brasil, sendo necessária a implementação de uma justiça eleitoral intercultural fundada na igualdade material, na

autodeterminação e no reconhecimento do migrante indígena como sujeito pleno de direitos.

Palavras-Chave: Direitos Políticos. Povos indígenas. Migração. Pluralismo jurídico. Justiça Eleitoral intercultural.